ALGUMAS ORIGENS DO ENSINO E PESQUISA DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS NO CEARÁ:

F. Alves de Andrade

O Instituto do Ceará reune-se solenemente para comemorar o 60º ano da fundação da Escola de Agronomia, integrada no atual Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará.

O Instituto não podia deixar de expressar o seu reconhecimento, em essência ao vigor de uma instituição de ensino superior de agricultura a que, por laços de união pessoal de vários dos seus sócios, está ligado nimiamente por afinidade cultural.

Fundada a 30 de março de 1918, a Escola de Agronomia do Ceará entrou em funcionamento a 1º de maio do mesmo ano, figurando entre os seus fundadores, em alto relevo, antigos sócios efetivos do Instituto do Ceará, a exemplo de Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes, Tomás Pompeu Sobrinho, Francisco Dias da Rocha, Manoel Antônio de Andrade Furtado, os quais, preludiando humanismo, ciência e cultura, abriram caminho ao ensino das ciências agrárias no Ceará.

Seguiram-se-lhes no cultivo da messe outros abnegados mestres, também desta Casa da História, como Renato Braga e Guimarães Duque que, como aquêles fundadores, transpuseram os umbrais do tempo, deixando-nos reflexão sobre suas vidas.

Uma instituição não é apenas a estrutura que divisamos no presente. Ela se arvora no passado que a nutriu de idéias e de sonhos.

A Escola de Agronomia surgiu em Fortaleza como iniciativa particular de intelectuais. Participantes de diversas profissões liberais, aqueles homens de pensamento, ciências e letras, mantinham uma bem lúcida compreensão da problemática regional.

A capital cearense sempre foi o estuário em que desemboca a torrente das populações expulsas da terra nas crises de secas ou empobrecidas na lida com as incertezas do tempo. Aqueles intelectuais cedo sentiram a necessidade de dar uma solução agronômica ao problema das secas.

Desta vez o pensamento voltou-se para a educação. É que as secas são um desafio natural, em face do qual o nordestino sempre reagiu tentando uma resposta. E deve reagir num processo de adaptação ativa, utilizando

recursos mediante técnicas adequadas ao meio para que nele possa a comunidade sobreviver.

Plácido Castelo, em sua História do Ensino no Ceará, procurou estudar a marcha das inquietações que vão do Executivo ao Legislativo cearense, há mais de um século.

As mensagens de Presidentes de Província à Assembléia estão refertas de lamentações sobre o estado da agricultura. Manifestou-se em tempos longinquos Pedro Leão Veloso, ex-Senador do Império e Presidente da Província do Ceará, o qual já em 1867, parece ter sido o primeiro Presidente de Província a indicar o ensino agrícola como solução aos problemas da agricultura.

A documentação a este respeito é colhida de Tomás Pompeu de Souza Brasil, filho do Senador Pompeu, no substancioso livro de sua autoria - *O Ceará no Centenário da Independência.*

Registra Pompeu que o Senador Leão Veloso, depois de estudar particularmente as principais culturas cearense, manifesta-se em relatório que apresentou à Assembléia Provincial em 1881, decidido apologista do ensino agrícola, por meio da escola e de associações particulares. E cita este tópico:

> " Penso hoje, como naquela época, diz o Presidente Veloso, referindo-se a sua primeira administração em 1867, por uma instrução apropriada é que se preparam bons agricultores."

A idéia vem associada à da criação de uma associação particular, subsidiada pelo governo e que se puzesse à frente do movimento como intermediária entre o poder público e os agricultores.

O germinal da iniciativa vem de uma época mais longínqua. Outros historiadores cearenses, e deste Instituto (Barão de Studart, Dolor Barreira e Hugo Vitor) fazem remontar a 1859 a idéia da criação de uma Escola Normal de Agricultura. Apresentou-a Juvenal Galeno, ex-Sócio deste Instituto do Ceará, em sua juventude, naquele ano, quando tomava assento na Assembléia Provincial do Ceará, como Suplente de Deputado pelo círculo do Icó.

Prelúdio naturalista

Aquele ano de 1859 coincide em suas ocorrências com a vinda para o

Ceará da Comissão Científica de Exploração, que trouxe ao Nordeste, em Fortaleza, uma pleiade de naturalistas, incumbidos pelo Governo Imperial de explorar recursos naturais. A idéia da expedição partiu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que sensibilizou o Imperador Pedro II, o qual, em Lei nº 884, fixara os respectivos meios financeiros a partir do exercício de 1857-1858, para aludido empreendimento.

Renato Braga, de saudosa memória, membro desta Casa e Professor da Escola de Agronomia do Ceará, em livro de alentada pesquisa sob a epígrafe de "História da Comissão Científica de Exploração", fixa o painel do primeiro rastreio da pesquisa científica no Nordeste.

Para os literatos, a vinda da Comissão assinala, segundo insinua Tristão de Ataide, o começo das atividades literárias no Ceará, mas, na realidade, e muito mais ainda, os trabalhos da Comissão marcam o ponto de partida da pesquisa das ciências agrárias no Nordeste, especialmente no Ceará. Ela representa propriamente o prelúdio naturalista nas cogitações da problemática nacional e regional, notadamente no interior.

" Preferiram o Ceará, diz Renato Braga, por causa de suas supostas riquezas minerais. Dizia-se existirem em suas montanhas grandes jazidas de metais preciosos... Corroboravam êsse parecer as amostras de minerais da Província, colecionadas nos mostruários do Museu Nacional. Do mesmo modo, assim pensavam os estudiosos locais. Lembra o autor citado que Tomás Pompeu de Souza Brasil (o Senador), em seu Dicionário Topográfico e Estatístico da Província do Ceará, editado no Rio de Janeiro em 1861, ano do regresso da Comissão, com a qual mantivera estreitas relações, que, " na parte mineralógica encontram-se ouro em várias partes; prata, plumbagina, chumbo, gesso, antimônio, amianto, arsênico, antracito, mármore, calcáreo, pórfiros, diversos cristais, nitreiras e salinas em toda a costa. Era uma relação tentadora à primeira vista. Só o tempo mostraria o seu valor econômico... As imaginações cultas exageravam e as vulgares hipertrofiavam o achado. O povo vivia sonhando com *eldorados*" (Renato Braga, op. cit. p. 37)

Aquela Expedição a que o povo em sua ingenuidade atrevida apelidara de Comissão das Borboletas, aportara em Fortaleza, viajando a bordo do Vapor Tocantins a 2 de Fevereiro de 1859 e aqui permaneceu até 1861, fazendo observações e colhendo materiais.

A Comissão Científica de Exploração trazia programa e era organizada e constituída de engenheiros e naturalistas, encarregados de diferentes secções: de Botânica, Freire Alemão; da Geológica e Mineralógica, Guilher-

me Schuch Capanema; da Zoológica, Manuel Ferreira Lagos; da Astronômica e Geográfica, Giacomo Raja Gabaglia e da Etnográfica e Narrativa, Antônio Gonçalves Dias.

Sob a presidência de Freire Alemão, a Comissão tomou contacto com o meio geográfico e humano. A dupla Botânica e Zoológica subiu a Serra da Aratanha, percorreu os tabuleiros arenosos, buscou depois as margens do Jaguaribe, rondou até o Icó, Lavras e o extremo Cariri, indo além, até o Exu. Rumou para os Inhamuns de onde regressou pelos Sertões de Mombaça, tendo passeado pelas mais altas terras da Ibiapaba.

É interessante ler as observações sobre vegetação, as considerações sobre a agricultura, cultura de mandioca, milho, feijão, a cana de açúcar em seus cultivos recentes, o arroz, o café, o algodão, a carnaúba, a mandioca, a oiticica, a exploração primitiva das plantas oleaginosas, fibrosas e cerígenas, as árvores e madeiras de construção, a fruticultura e horticultura, tudo esgarçando-se no primitivo amanho da terra, já naqueles tempos ferida da devastação imperante.

Não nos deteremos nos outros aspectos da Secção Zoológica, nas observações sobre a fauna existente, os rebanhos, as visualizações tomadas de relance sobre clima, flora, fauna e demais indicações das secções geológica e mineralógica, cujas amostras perderam-se no naufrágio do navio "Palpite", restando apenas alguns apanhados e roteiros contidos no livro que Renato Braga escreveu, guardando para a posteridade os roteiros mais antigos.

Nossa preocupação é indicar as nascentes e considerar que as ciências naturais, e no campo de nossas preocupações, as ciências agrárias, guardam os seus primeiros passos ali. Alguma coisa restou dos entendimentos dos membros da Comissão com Tomás Pompeu de Souza Brasil, o Senador Pompeu, o patriarca da cultura cearense, cujos estudos foram citados a cada passo pelos membros da Comissão Científica de Exploração. De outra parte, aquele pioneiro replantou em sua messe o alvoroço das conjecturas, as preocupações, os indicadores da missão virgem, cujos esboços são para a História a eterna poesia dos esclarecimentos que se buscam na memória do tempo.

Naquele mesmo ano de 1859, é que o poeta Juvenal Galeno, eleito deputado pelo círculo do Icó, apresenta na Assembléia Legislativa Provincial o seu projeto sobre a criação de uma escola prática normal de agricultura.

Êsse que mais tarde veio a pertencer ao Instituto do Ceará como um dos

seus fundadores, convivera entendimentos com os participantes da Comissão Científica, notadamente com Antônio Gonçalves Dias, encarregado da Secção Etnográfica e Narrativa.

Vivera ali com os seus pais, agricultores de plantas frutíferas e café, no Sítio Boa Vista, na meia encosta da Serra da Aratanha, onde os participantes da Comissão eram bem recebidos pelos chefes da Família, pais de Juvenal, José Antônio da Costa e Silva e D. Maria do Carmo Teófilo.

Foi ali que o filho da Casa entendeu-se com o vate maranhense, líder das musas. Narra-se que, certo dia, apresentando a Gonçalves Dias os seus poemas em " Prelúdios Poéticos ", livro com que o moço cearense, aos 22 anos, aparecia nas letras, o Chefe da Comissão Científica Etnográfica aconselhou ao jovem poeta ir procurar no povo e na terra a matéria dos seus versos. Este conselho traçou o destino do autor de "Lendas e Canções Populares" publicado em 1865, mas elaborado a partir de 1859, quando o seu autor voltou-se, ao sopro de ideal fascinante, para as raízes de sua Província.

Agora, uma reflexão para a nossa conjectura: a idéia de propor à Assembléia Legislativa Provincial a criação de uma escola prática normal de agricultura, primeira ousadia política de Juvenal Galeno, não teria sido igualmente motivada sob os influxos da Comissão Científica de Exploração?

Os naturalistas, se bem que recomendados para a pesquisa e coleta de minérios, vinham todavia preocupados igualmente com a agricultura.Guilherme Capanema fez distribuir com os agricultores de Maranguape e Baturité, trazidas da Corte, novas mudas de café e de cana de açúcar. Na abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Provincial, em 1859, a ocorrência é relatada pelo Presidente João Ferreira de Souza.

Certo que a idéia de transmitir o ensinamento agrícola ficou plantada, posto que a estrutura dominante a julgasse improficua e os mais prestigiosos políticos ousassem pôr em dúvida o seu proveito como solução.

Um dos mais fortes paladinos do ensino agrícola no Brasil nos tempos do Império foi Tomás Pompeu de Sousa Brasil, filho do Senador Pompeu, quando se discutia em primeira mão a matéria no Parlamento nacional. Revelaremos aqui a contribuição daquele que foi o 2º Presidente deste Instituto do Ceará.

A sociedade liberal do Império brasileiro, perocupada mais com as

criações literárias e jurídicas do que com os problemas da vitalização econômica, não se interessava pelo ensino técnico-profissional.

A economia agrária arrimada no latifúndio e no trabalho servil, permanecia indiferente às inovações tecnológicas, manifestando mesmo alguns líderes da política certa repugnância pelas profissões técnicas e trabalhos físicos.

O Liceu de Artes e Ofícios, fundado em 1856, permaneceu na indigência. Em 1885. o Governo Imperial mandou fechar uma Escola de Agricultura e Veterinária por ele mesmo criada na cidade de Pelotas, determinando que fossem vendidos todos os seus gabinetes e laboratórios importados da França.

Tal leilão não chegou a realizar-se porque o leiloeiro oficial, José da Silveira Vilalobos, em sinal de protesto contra o ato governamental, quebrou o martelo que empunhava ao fazer a apregoação. Tal atitude motivou a simpatia do povo de Pelotas que lhe ofereceu um martelo de ouro, adquirido por subscrição pública.

O debate sobre a necessidade do ensino agrícola vinha sendo agitado na Câmara de Deputados, tendo as primeiras escolas ou cursos de agricultura vida inconstante durante o Império. Eis que, nota Luiz Amaral que os cursos de agronomia surgem praticamente na República. O Imperador, reconhecendo sua necessidade mandava abri-los, enquanto nos orçamentos eram negados os meios.

O nosso conterrâneo Tomás Pompeu de Souza Brasil, eleito deputado geral pelo Ceará, sagrou-se um dos desbravadores das instituições escolares agrícolas nas discussões do orçamento do Ministério da Agricultura.

Na sessão de 31 de julho de 1880, travou-se, quando se discutia o orçamento do Ministério da Agricultura, o seguinte debate entre dois deputados pelo Ceará: O deputado Rodrigues Júnior manifestando-se contra o ensino agrícola e Tomás Pompeu defendendo a sua necessidade. Transcrevemos este tópico do nosso livro, "Tomás Pompeu e o seu Tempo", hoje, um documento histórico, debate transcrito dos Anais:

O Sr. Rodrigues Júnior: -

" Senhores: a questão do ensino agrícola, ministrado em escolas práticas ou fazendas-modelo, idéia à primeira vista sedutora, oferece dificuldades mais sérias do que alguém talvez suponha.

"Receio, Sr. Presidente, que depois de dispêndios importantes, a

realizar-se a idéia do honrado Ministro..., que não cheguemos senão a resultados negativos ou resultados que não compensem os sacrifícios feitos.

A seguir, Rodrigues Júnior lança esta arrogante e estranha assertiva:

" - Nem o Estado, nem estabelecimento algum pode, nem deve procurar ensinar a agricultura. É esta a minha convicção ".

" *O Sr. Pompeu:* Esta proposição de V.Excia. está condenada nos países mais adiantados. "

" *O Sr. Rodrigues Júnior:* - É esta a minha convicção, devo externar com a maior franqueza, dizia, Senhores, um dos homens mais notáveis dos tempos modernos, estadista tão consumado, como cidadão eminente e grande patriota, que era ao mesmo tempo um agricultor de profissão, o ilustre Conde de Cavour. "

" *O Sr. Pompeu:* - Era maior diplomata do que entendedor destas coisas. "

" *O Sr. Rodrigues Júnior:* - Por que, dizia êle, a verdadeira e boa prática não se poderá achar nos estabelecimentos públicos; ela não se encontra senão nos estabelecimentos particulares, onde realmente se faz por profissão a exploração da indústria agrícola. "

" *O Sr. Pompeu:* - Não é muito procedente, se esta a razão que ele dava. "

" *O Sr. Rodrigues Júnior:* - Que, realmente, semelhante opinião, por mais absoluta que pareça, tem seu valor. "

" *O Sr. Pompeu:* - Tem valor pelo nome. "

" *O Sr. Rodrigues Júnior:* - Pelo menos o da autoridade de um grande nome, não de um teorista, mas de um homem de Estado. "

" *O Sr. Pompeu:* - Note V. Excia. que na própria Itália outros entenderam dever criar escolas agrícolas. "

" *O Sr. Rodrigues Júnior:* - E em sustentação de sua tese, senhores, dizia o ilustre Conde a pergunta e ponderações seguintes: " o que é a agricultura? Uma arte industrial semelhante às outras, mas muito mais obscura, tendo as outras leis gerais mais precisas. "

" *O Sr. Pompeu:* - Por consequência, o ensino de agricultura ainda é mais necessário. "

Em outra sessão de 7 de agosto do mesmo ano, Tomás Pompeu veio à tribuna da Câmara para discutir o assunto das escolas agrícolas com um erudição já conhecida e respeitada no Parlamento. Defendeu preliminarmente os princípios da escola liberal no tocante aos auxílios diretos à lavoura, dissentindo dos pareceres de eminentes representantes do Sul que exigiam capitais para a lavoura latifundiária em prejuízo das pequenas províncias, constituindo isso, sim, uma aventura perigosa.

Mostrou Pompeu que, nos países em que a agricultura gozava de vantagens e de certa importância, o ensino agrícola era realmente considerado e dotado nos orçamentos. Pôs em evidência o empenho dos Estados Unidos com as suas 20 escolas agrícolas superiores naqueles remotos tempos.

Indicou o empenho das universidades americanas pelo ensino agrícola em Massachusets, na Pensylvania, Iowa, Wisconsin Kentuchy, Kansas, Maine, Ilinois que possuiam escolas até então largamente dotadas pelos Estados. Mostrou o mesmo exemplo seguido pela Inglaterra, Áustria, Suécia e Noruega e até mesmo na República Argentina, desde 1872.

No Brasil, durante o período que vai de 1875, quando a 23 de junho foi criada Imperial Escola Agrícola da Bahia, até a proclamação da República, funcionara apenas uma escola de agronomia, a da Bahia, que diplomou até então 74 agrônomos.

Afora aquela instituição, se o brasileiro insistia em estudar agricultura e o pai dispunha de meios financeiros, teria que buscar um país estrangeiro, a exemplo do agrônomo cearense, nascido em Pacatuba, José Antônio da Justa, que seguiu para a França, matriculou-se na Escola de Grignom e formou-se em Agronomia, tendo defendido tese em 1860.

Este que parece ter sido o primeiro agrônomo cearense, Dr. em agronomia, uma vez que defendeu tese (*Projet de culture nº 32*), ao regressar ao Brasil, convidado Pelo Presidente Sá e Albuquerque para a Diretoria do Instituto Agronômico da Bahia, preferiu fixar-se definitivamente em sua terra natal, entregando-se à vida de agricultor em suas terras na Serra da Aratanha, tendo falecido ali aos 54 anos de idade.

De certo estava longe o ideal de implantação de qualquer instituto de ensino agrícola no Ceará, pairando sempre no ar, apesar das falas de

Presidentes de Província, a sua necessidade como uma utopia dispendiosa ou não responsiva.

Algumas tentativas persistem até o governo de Pedro Borges e Nogueira Acioli, sofrendo embora a contestação de alguns e aplausos de outros.

José Acioli que segundo infere Plácido Castelo em sua História da Agricultura no Ceará, tornou-se o paladino da criação de uma Escola de Agronomia, conseguindo transformar projeto por ele subscrito em Lei nº 703 de 2 de setembro de 1902, não conseguiu, com toda a sua influência concretizá-lo.

Referida Lei autorizava o Presidente do Estado depender a quantia necessária com a fundação de uma escola de agronomia na antiga Colônia Cristina.

Quando de sua tramitação e discussão na Assembléia Legislativa do Estado, travou-se um debate entre José Acioli e João Brígido, acatado e temido adversário, o qual manifestou-se francamente contrário ao projeto, em virtude de *deficit* orçamentário alegado pelo próprio Governo do Estado.

Somente em 1918 veio a medrar a iniciativa, mas pelas inteligências e ação de uma elite de estudiosos, empenhados na implantação das ciências naturais em termos de agronomia e no sentido de dar resposta aos problemas da terra e do homem no Ceará.

Há neste surgimento um vigor entusiasta jamais superado, uma dedicação idealista, vibrante, animada, sem precedentes na história de nossa formação e cultura. É que o norte magnético deste movimento não era simplesmente a busca literária, mas o despertar para o conhecimento das ciências naturais.

Temos acertado ao diapasão pela nota sonora segundo a qual aquela plêiade de homens que fundaram a partir de 1903 as Faculdades e Escolas pelo esforço da iniciativa particular emergira como profetas e bardos daquela humanismo telúrico subjacente que busca a transformação do mundo, das mentes e das coisas em benefício do homem.

A Escola de Agronomia surgiu com a penetração alviçareira das obras contra as secas. Antecipou-se ao ensino agrícola superior a implantação da Escola Prática de Agricultura de Quixadá, fundada em 1913 sob a regência

do agrônomo Italiano Alfredo Bena, a qual realmente foi o primeiro estabelecimento de ensino de agricultura no Ceará.

No quadriênio de 1916 a 1920 o Estado era governado pelo Engenheiro João Tomé, pioneiro do desenvolvimento agropecuário, o qual comemorava o dia da Pátria, instalando a 7 de setembro em Quixadá o 1º Congresso Agrícola do Ceará. E a 25 de março de 1918 inaugurava o Posto Zootécnico de Quixadá, centro pioneiro da introdução das primeiras raças importadas para o melhoramento dos rebanhos cearenses, instalado junto àquela Escola Agrícola Popular.

À jusante do açude do Cedro entreabriu-se o primeiro sorriso verde dos espaços entre os rochedos irrigados, quando a ponta dos arados tocava as aluviões irrigadas e as máquinas eram manejadas pelos alunos da Escola Agrícola de Quixadá.

Este era o panorama renascente no interior ao surgimento da Escola de Agronomia do Ceará. Ela, no entanto, medrou entre duas secas - a de 1915, que destruiu todas as culturas e metade dos rebanhos e a de 1919, que rebateu à queima-roupa esperanças de restauração.

O episódio da fundação

Lá pelos idos de 1918, de uma conversa em torno da Farmácia Andrade, do farmacêutico Joaquim Frederico de Andrade, à altura do número 1068 da Rua Barão do Rio Branco, que contou logo com a cooperação de Pompeu Filho (médico), Heribaldo Costa, (Farmacêutico e depois, aluno e Professor ao se ter formado), decidiu-se a fundação da Escola de Agronomia.

Integraram o movimento de participação: Francisco Dias da Rocha (Farmacêutico e naturalista), Tomás Pompeu Sobrinho (Engenheiro), Eduardo Couto Fernandes (Engenheiro), Alvaro Otacilio Nogueira Fernandes (médico), Henrique Alencastro Autran (militar), Otávio Ferreira (comerciante) Humberto Rodrigues de Andrade (Engenheiro-Agrônomo), aos quais se seguiram como professores, Carlos Ribeiro (médico), Manoel D'Ávila Goulart e Andrade Furtado, (bachareis em Direito).

Criara-se uma Sociedade Mantenedora da Escola de Agronomia do Ceará, com estatutos registrados em cartório, cuja finalidade era promover por todos os meios a manutenção da Escola. A iniciativa tinha a retarguarda de uma sociedade dinâmica com o que de mais representativo havia na política e nas letras.

A Escola de Agronomia surgiu com a penetração pioneira das obras contra as secas. Uma nova profissão - a de Engenheiro-Agrônomo medrou animada no propósito que tinham alguns daqueles lideres intelectuais de dar uma solução agronômica ao problema das secas. A mocidade de então, testemunha um dos professores A. Gomes, acorreu destemida em busca daquelas perspectivas.

Ao primeiro vestibular de agronomia naquele ano de 1918, compareceram 200 candidatos, dos quais matricularam-se 93 jovens, dos mais representativos da sociedade cearense. Vemo-los numa fotografia antiga que nos ofereceu para documento, o confrade Raimundo Girão. Nosso nobre historiador posa com os seus colegas frente ao antigo Liceu do Ceará, onde começou a funcionar a Escola, matriculado como aluno da 1ª turma de estudantes de agronomia, ao lado de Alberto Pinto Nogueira, Alvaro Nunes Weyne, Antonio Albuquerque Souza, Inácio Barreira Nanan, Newton Beleza, Aristobulo de Castro e outros ornamentos da juventude cearense.

Se estes eram os alunos, como eram os mestres, qual o modelo de ensino?

O ex-aluno, daquela primeira turma, Newton Beleza nos dá o seu testemunho:

"Somos os primeiros alunos desta Escola, na fase em que ela existiu quase na concepção socrática de que a escola é, antes de tudo, o professor, podendo funcionar em qualquer recanto, ao abrigo da sombra de uma árvore, somos os descendentes dessa plêiade de homens de ciência, de entusiasmo e de sacerdócio".

Traçando o perfil daqueles mestres, entre outros, focalisa Dias da Rocha, "que reconstituiu ontogênicamente todas as fases da história natural na edificação paciente do museu de seu nome, legou-nos os conhecimentos de sua especialidade pelo tato e pelo cheiro de pedras, plantas, animais doenças e com a mistura atordoante de seus longos sorrisos, a moderação e o retraimento no discorrer e a infalibilidade no conhecimento de parasitas".

"Os estudos do solo e dos processos de sua exploração, das máquinas e motores agrícolas, das relações das ciências com a agricultura, das particularidades na execução das culturas especializadas - fizeram-se sob a proficiente orientação de Humberto de Andrade, único agrônomo do conjunto de professores, que por isso mesmo se desdobrava na transmissão dos conhecimentos especializados, para a complementação dos ensinamentos gerais ministrados pelos outros".

"Fez-se nosso contacto com a zootecnia, pela palavra opulenta e lapidar de Álvaro Fernandes, cuja visão na matéria causa hoje espanto, se examinada sob a imparcialidade da distância, pois apregoava com fervor, naquele tempo, a introdução das raças indianas como meio de utilização econômica imediata de nossas terras inóspitas, não adequadas ainda à exploração das raças finas de gado europeu".

Uma outra cultura lembrada foi a do 3º Presidente deste Instituto, Tomás Pompeu Sobrinho, que por muito tempo foi Professor de Engenharia Rural, "um dos maiores conhecedores da geografia do Ceará e de seus problemas de açudagem e outras formas de luta contra as secas".

Quando ingressei como aluno na Escola de Agronomia, ali estava o mestre' Era uma doutrina e um sistema. Nós, alunos, liamos seus magistrais artigos sobre agropecuária. Básico o livro que publicara sobre a "Indústria Pastoril no Ceará" em que propõe programa de desenvolvimento, demonstrando que solucionar o problema das secas é assegurar às indústrias agropecuárias o seu desenvolvimento. O que escreveu e debateu naquele livro de inúmeros artigos contitui ainda um roteiro inapagável. Foi ainda ele o precursor do algodão arbóreo no Ceará, pois fez-se igualmente agricultor de algodão de fibra longa, realizando demonstrações de resultados do seu cultivo em sua fazenda no Quixadá. Como criador também de gado suisso, laborou os primeiros passos de sua aclimação.

Também fui encontrar na Escola Andrade Furtado, deste Instituto, que nos ensinava Economia Rural, numa pregação humanista, vivendo o ensinamento dos clássicos da economia. Ali, como na Faculdade de Direito, onde fui um dos seus alunos, orientava com a sabedoria dos princípios. Parece-me ouvi-lo ainda na dimensão transcendental dos valores humanos: "meus amiguinhos, o homem, como dizia Pascal, é um caniço pensante!"

Outro Professor de nossa Escola de Agronomia, pertencente igualmente às lides do Instituto do Ceará, foi Renato Braga. Aluno e seguidor da doutrina do nosso biografado, senti desde o início, que ele procurava sempre objetivar a doutrina científica no quadro das condições existentes, peculiares ao Nordeste seco. Chamava-nos a atenção para a história e a geografia da região, que abordava como temas introdutórios da matéria que ensinava - Zootecnia Geral.

Mostrando-nos a importância do Nordeste, instruia quanto à necessidade de firmar as nossas convicções dentro da Geografia Agrária, considerando o ecológico como fundamental, quer em Fitotecnia, quer em Zootecnia.

Deve-se a Renato Braga a consolidação do ensino agronômico no Ceará.

E a Guimarães Duque? Também foi, embora por pouco tempo, Professor de Engenharia Agrícola em nossa Escola de Agronomia. Mas, obrigado a dedicar-se inteiramente ao DNOCS, permaneceu sempre a ensinar, a formular uma doutrina ecológica para o Nordeste. E foi mais alto. Duque é o intérprete humanista da Agronomia brasileira, o sociólogo do problema agrário do Nordeste com fundamentação ecológica e objetivos eminentemente sociais.

Estamos pesquisando no propósito de publicar um livro sobre o ensino e desenvolvimento das ciências agrárias neste ângulo do Nordeste. Os dados que temos levantado permitem-nos configurar a seguinte periodização, tomando como ponto de referência a Escola de Agronomia, que evolui nas seguintes fases:

Período de implantação: vai da fundação da Escola, de 1918 a 1941. Este período abrange: a fase em que a Escola permaneceu sob regime particular (1918-1935) e a fase que se inicia com a sua encampação pelo Governo do Estado do Ceará (1935) que vai até o reconhecimento definitivo pelo Governo Federal (1941).

Período de consolidação: inicia-se com o reconhecimento do curso de agronomia em 1941 e se estende até a federalização e transferência para o domínio da União (1941 a 1951).

Período de federalização: quando a Escola em regime de estabelecimento de ensino superior isolado assim permanece, desde a sua transferência para o Ministério da Agricultura até a criação da Universidade Federal do Ceará (1950 a 1954).

Período de integração universitária: é o da ação para o desenvolvimento que vai da transferência para o Ministério da Educação como unidade universitária da Universidade Federal do Ceará, até o presente - 1954 a 1978.

A implantação marca o valor da iniciativa privada, prestante no idealismo dos fundadores. É o teste de calor humano de uma elite altamente compreensiva que se propõe a um empreendimento tentado em esboço legislativo e não concretizado.

Começa sob os auspícios do Governo João Tomé, avança com a euforia de otimismo da quadra governamental Serpa-Albano, finda a qual o Ceará entra em colapso, para erguer-se tempos depois da Revolução de 1930 e

alcançar condições decisivas de consolidação com a transferência do estabelecimento para o Governo do Estado, sob a determinação patriotica do bravo militar Cel. Felipe Moreira Lima, então Interventor Federal, que sancionou o Decreto nº 1550 de 7 de maio de 1935, efetivando a encampação.

A consolidação recebe influxos da prudente administração de Menezes Pimentel, que alentada pela inteligente visão do seu então Secretário José Martins Rodrigues soube solucionar dificuldades e imprimir novos rumos. É nesta altura que surge a figura inconfundivel de Renato Braga, que tomou a seus cuidados a vida da instituição.

"A Escola de Agronomia, diz Renato em memorial dirigido ao governo estadual em 1938, para tornar-se um Instituto realmente útil, capaz de influir na evolução econômica da população rural, não deve limitar a sua finalidade ao curso superior. Necessita, pelo contrário, ampliar seu raio de ação, instituindo os cursos elementar, médio e rápido".
Logo o Governo do Estado, mediante Decreto nº 687 ampliou os raios de ação da Escola que foi dotada de novos campos e laboratórios, intensificaram-se as culturas, imprimiu-se-lhes novas organizações pedagógica e didática, foram desde então agrupadas as cadeiras em Departamentos, implantada a Granja do Departamento de Zootecnia, foi definitivamente reconhecido o curso de agronomia. A consolidação estava à vista. E graças a ela marchou-se para a federalização.

Período de federalização

Esta veio naturalmente por lei nº 1055 de 16 de janeiro de 1950, tomando parte decisiva a bancada federal, sob coadjuvação e desempenho dos Professores Prisco Bezerra e Esio Pinheiro, sucessivamente na direção da Escola de Agronomia.

O *Período de Integração Universitária* se abre em 1954, sob a diligência e entusiasmo do abnegado e diligente fundador da Universidade Federal do Ceará, Professor Antônio Martins Filho, sócio efetivo do nosso Instituto do Ceará. Ao calor de suas energias a Universidade se fez, como dizia Renato Braga, ao ritmo dos tambores de Brasília. A marcha para esta integração se processou nos 12 anos de gestão do 1º Reitor, Professor Martins Filho, prosseguindo com os seus ilustres sucessores. Todavia, é na administração do seu primeiro Reitor que se verifica a decolagem para o desenvolvimento.

Junto à Escola de Agronomia são criados os Institutos de Tecnologia Rural e de Zootecnia, é implantada a Fazenda Experimental do Vale do Curu. Institucionaliza-se o programa de educação agrícola (Convênio MEC/USAID-SUDENE/UFC). Efetiva-se e prossegue o contrato de servi-

ços com a Universidade do Arizona que abre caminho ao aperfeiçoamente do pessoal de ensino, sendo a Escola de Agronomia a primeira unidade a receber e estabelecer frentes científicas e culturais de trabalho com entidades internacionais.

Ressalte-se a implantação e desenvolvimento da Estação de Biologia Marinha, hoje Laboratório das Ciências do Mar, que, sob a direção entusiasta do Professor Melquiades Pinto Paiva, também sócio efetivo deste Instituto do Ceará, fundou e arregimentou, apoiado pela operosidade de seus colaboradores, o mais avançado posto de pesquisa biologica das ciências do mar na Universidade Federal do Ceará.

Esta linha de atividades também do Centro de Ciências Agrárias abriu caminho para a instituição do Curso de Engenharia de Pesca, que, apoiado naquele Laboratório, e com os recursos humanos dele procedentes muito vem contribuindo para consolidar o renome da Universidade Federal.

Não poderiamos deixar de situar nesta homenagem o desempenho do Professor Otavio de Almeida Braga, filho do extinto confrade Renato Braga, sucessor de seu pai na Diretoria do Centro de Ciências Agrárias que, no quadriênio de 1969 a 1973 fez consolidar na esfera de suas atribuições a integração universitária do aludido Centro.

A partir de Eduardo Couto Fernandes, que foi o primeiro Diretor da Escola de Agronomia e um dos seus mais entusiastas e nobres fundadores, o sonho das soluções científicas do problema agrário no Ceará prosseguiu vitorioso.

Neste momento, rendemos aqui a nossa homenagem aos Diretores da Escola de Agronomia, hoje, Centro de Ciências Agrárias. São eles os ilustres Professores:

1º - Henrique Eduardo Couto Fernandes; 2º - Francisco Dias da Rocha; 3º - Alvaro Octacilio Nogueira Fernandes; 4º - Henrique de Albuquerque Autran; 5º - Tomás Pompeu Brasil Filho; 6º - Joaquim Frederico Rodrigues de Andrade; 7º - José Augusto Lopes Filho; 8º - Raimundo Vitor dos Santos; 9º - Thomaz Pompeu Sobrinho; 10º - Raimundo Renato de Almeida Braga; 11º - Prisco Bezerra; 12º - Ésio Pinheiro; 13º - Américo Gomes da Silva - 14º - Otávio de Almeida Braga; 15º - Alzir Barreto de Araújo; 16º - Faustino de Albuquerque Sobrinho; e finalmente Antônio de Albuquerque Sousa Filho, investido nestas funções desde março de 1974.

A atividade do atual Diretor há se evidenciado pela mesma linha entusiasta dos seus predecessores. Sua liderança e franco entendimento nos

dão o testemunho da vitalidade de uma instituição que se firmou no tempo, que braceja no espaço, que mergulha as suas raizes no chão da história e que esplende ao sol a fronde da árvore da vida.

Senhores:

Pedi ao Professor Antônio Albuquerque Souza Filho que vos dissesse em seu discurso, em breves tintas, algo sobre a atualidade do Centro de Ciências Agrárias de nossa Universidade.

Diremos que o Centro é uma promessa de vida e de soluções autênticas para o difícil mundo rural, cujos problemas somente terão desenvolvimento à base do humanismo ecológico de uma economia solidária, que requer organização mais ampla, objetivando a educação permanente, a exemplo do que preconiza a UNESCO e recomenda Edgar Faure em seu atualizado e vigoroso livro "Aprender a Ser".

E é neste caminho que anda o Centro de Ciências Agrárias que esplende o ideário da terra cearense, redivivo entre estas colunas da Casa da História, que é o nosso Instituto do Ceará.

(Estudo lido pelo autor, na sessão solene de 5.6.78 comemorativa do 60º ano da fundação da Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará, no Instituto do Ceará)